

LEI Nº 2.195, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE
ALEGRE-ES, PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 1995.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **~~PREFEITO MUNICIPAL~~** sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º~~ — O Orçamento Programa do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1995, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais).

~~Art. 2º~~ — A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria SOF/SEPLAN nº 06, de 09/06/82, atualizada pela Portaria SOF nº 37 de 02/08/89, e de acordo com o seguinte desdobramento:

		R\$	R\$ 1,00
1	RECEITAS CORRENTES		4.910.000,00
1.1	Receita Tributária	486.000,00	
1.2	Receita Patrimonial	153.000,00	
1.3	Receita Industrial	50.000,00	
1.4	Transferências Correntes	3.960.000,00	
1.5	Receitas Diversas	261.000,00	
2	RECEITAS DE CAPITAL		190.000,00
2.1	Alienação de Bens	100.000,00	
2.2	Transferências de Capital	90.000,00	
	TOTAL GERAL DA RECEITA	5.100.000,00	5.100.000,00

~~Art. 3º~~ — A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo I à Portaria SOF nº 008 de 04/02/85, conforme desdobramento a seguir:

I — DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

		R\$ 1,00
01	<u>Câmara Municipal</u>	260.000,00
02	<u>Gabinete do Prefeito</u>	415.000,00
03	<u>Sec. Municipal de Administração</u>	327.500,00
04	<u>Sec. Municipal de Finanças</u>	160.000,00
05	<u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u>	1.261.000,00
06	<u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u>	1.361.000,00
07	<u>Sec. Munic. Saúde e Assistência Social</u>	964.500,00
08	<u>Sec. Municipal Agricultura e Meio Ambiente</u>	351.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS	5.100.000,00

II — DESPESAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO

		R\$ 1,00
01	Legislativa	236.745,00
03	Administração e Planejamento	877.500,00
04	Agricultura	351.000,00
05	Comunicações	45.000,00
08	Educação e Cultura	1.259.000,00
09	Energia e Recursos Minerais	5.000,00
10	Habituação e Urbanismo	368.000,00
11	Indústria, Comércio e Serviços	17.000,00
13	Saúde e Saneamento	735.000,00
15	Assistência e Previdência	687.755,00
16	Transporte	518.000,00
	TOTAL	5.100.000,00

~~**Art. 4º** — As dotações orçamentárias das diversas Secretarias Municipais serão movimentadas pelo Órgão Central da Administração do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 66 da Lei Federal nº 4.320/64.~~

~~**Art. 5º** — O Orçamento da Câmara Municipal será movimentado pelo órgão Financeiro do Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 6º** — A execução do presente Orçamento obedecerá às diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.~~

~~**Art. 7º** — Integram a presente Lei, os orçamentos dos seguintes Fundos Especiais: Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal do Bem-Estar Social e Fundo Municipal de Proteção Ambiental.~~

~~**Art. 8º** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada nesta Lei de acordo com os recursos definidos no Art. 43 e parágrafos da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64, extensivo ao Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 9º** — Esta Lei entra em vigor a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco (01/01/95), revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 16 de dezembro de 1994.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA — Caléu
 — Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.